

## UM NOVO MAL ANUNCIADO: A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO DO ALGODÃO TRANSGÊNICO NO CEARÁ

### A NEW EVIL ANNOUNCED: THE TERRITORIALIZATION OF TRANSGENIC COTTON AGRIBUSINESS IN CEARÁ (BRAZIL)

### UN NUEVO MAL ANUNCIADO: LA TERRITORIALIZACIÓN DE LOS AGRONEGOCIOS DEL ALGODÓN TRANSGÉNICO EN CEARÁ (BRASIL)

**Leandro Vieira Cavalcante<sup>1</sup>**  
*leandro.cavalcante@hotmail.com*

#### RESUMO

Procura-se, com este artigo, apresentar um cenário inicial do processo de territorialização do agronegócio do algodão transgênico no estado do Ceará, de modo a revelar algumas das especificidades inerentes aos impactos sociais, ambientais e territoriais já em curso. Para tanto, recorreu-se a uma metodologia centrada na organização de hemeroteca temática, no acompanhamento de reuniões entre agentes públicos, produtores e empresários do setor algodoeiro e na escuta inicial das problemáticas vivenciadas pelas comunidades. O estudo demonstrou o protagonismo do Estado na expansão do agronegócio do algodão, a difusão de sementes transgênicas e agrotóxicos entre os produtores e a territorialização da atividade em distintas regiões cearenses.

**Palavras-chave:** Agronegócio. Algodão. Transgênicos. Latifúndio. Território.

#### ABSTRACT

The article aims to present an initial scenario of the process of territorialization of transgenic cotton agribusiness in the state of Ceará (Brazil) to reveal some of the specificities inherent to the social, environmental, and territorial impacts already ongoing. To this end, we used a methodology centered on the organization of a thematic newspaper library, and monitoring meetings between public agents, producers, and businessmen in the cotton sector. The study demonstrated the role of the State in the expansion of cotton agribusiness, the spread of transgenic and pesticide seeds among producers, and the expansion of activity in different regions.

**Keywords:** Agribusiness. Cotton. Transgenics. Latifundio. Territory.

#### RESUMEN

Este artículo busca presentar un escenario inicial del proceso de territorialización de los agronegocios del algodón transgénico en el estado de Ceará, con el fin de revelar algunas de las especificidades inherentes a los impactos sociales, ambientales y territoriales ya en marcha. Para ello,

---

<sup>1</sup> Professor adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, campus Caicó.

se utilizó una metodología centrada en la organización de hemeroteca temática y en el seguimiento de reuniones entre agentes públicos, productores y empresarios del sector algodonero. El estudio demostró el papel del Estado en la territorialización de los agronegocios del algodón, la difusión de semillas transgénicas y plaguicidas entre productores y la expansión de la actividad en diferentes regiones.

**Palabras clave:** Agronegocio. Algodón. Transgénicos. Latifundio. Territorio.

## INTRODUÇÃO

O agronegócio se expande para todos os setores produtivos que se tem notícia, avançando sobre terras e territórios camponeses e incidindo de maneira direta para agravar o quadro de impactos e desregulação social, ambiental e territorial, diante da fome voraz por bens e recursos passíveis de serem apropriados pela lógica destrutiva que rege a reprodução do capital no campo. Particularmente no Ceará, desde meados de 1990 o agronegócio abrange setores voltados para produção sobretudo de frutas, camarão, aves, pecuária e flores. A novidade agora é a inserção também do agronegócio do algodão transgênico no espaço agrário cearense, nos moldes como é observado no restante do país.

Diante dessa nova realidade que se impõe com a territorialização do agronegócio do algodão transgênico no Ceará, cujo processo está no início, o objetivo principal deste artigo é apresentar uma análise da conjuntura que permeia a inserção dessa atividade no estado. Desse modo, há a possibilidade de acompanhar o desenrolar de tal processo desde sua concepção, incluindo a implementação das principais políticas públicas, as articulações político-empresariais, a inserção das firmas nos territórios e os primeiros impactos já observados. Trata-se, pois, da leitura da situação realizada mediante apresentação da conjuntura, a fim de socializar informações que deveriam ser do conhecimento de toda a sociedade, e não apenas dos agentes hegemônicos.

Procuramos, assim, denunciar um novo mal anunciado. Isso porque, como já dizia Paulo Freire (1974), todo anúncio é uma denúncia; portanto, toda pesquisa deve ser também uma denúncia, acompanhada de uma práxis. É urgente e necessário que as comunidades diretamente impactadas com a inserção das firmas do agronegócio do algodão transgênico tenham conhecimento acerca dos problemas aos quais estarão expostas com o advento desse modelo de produção em seus territórios, por meio da intensificação dos conflitos fundiários e dos agravos ambientais, por exemplo. O direito à informação é propositalmente negado às populações camponesas pelo Estado e pelos grandes empreendimentos, na tentativa de ceifar estratégias e possibilidades de luta,

mobilização e resistência, uma vez que a negação do acesso a essas informações desencadeiam medo, insegurança e falsas expectativas nas comunidades.

Para isso, recorreremos a uma metodologia centrada no estudo da conjuntura, voltada à obtenção de informações acerca de alguns dos processos que permeiam a inserção do agronegócio do algodão transgênico no Ceará. Entre as estratégias para ter acesso à essas informações estão: i) organização de hemeroteca temática, composta por recortes de jornais e portais de notícias, cujas matérias versam sobre a produção cearense de algodão; ii) acompanhamento de *lives*<sup>2</sup> realizadas com produtores e empresários do ramo algodoeiro, promovidas pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico e Trabalho do Ceará; iii) escuta inicial das problemáticas vivenciadas pelas comunidades, relatadas de modo virtual.

A partir dessas informações, foi possível construir um primeiro cenário da conjuntura que se apresenta, exposta em formato de artigo subdividido em cinco tópicos, além da introdução, considerações finais e referências. Inicialmente, relatamos brevemente o contexto da atividade algodoeira em território cearense e explanamos sobre o protagonismo do Estado na expansão do agronegócio do algodão no Ceará. Na sequência, esboçamos os dados relativos às variedades transgênicas que estão sendo cultivadas e o pacote de agrotóxicos recomendados para a atividade. Em seguida, trazemos o contexto da territorialização do agronegócio do algodão transgênico em duas regiões cearenses, no Cariri (sul) e na Chapada do Apodi (leste), através da inserção de uma grande firma do setor, seguido da exposição dos relatos das comunidades já impactadas.

## **DO “OURO BRANCO DO SERTÃO” AO “AGRONEGÓCIO DO ALGODÃO” NO CEARÁ**

O Ceará configurou-se, entre os séculos XIX e XX, como um dos principais produtores de algodão do Brasil, assumindo destaque nacional no seu cultivo, entendido como o “ouro branco do sertão”. O algodão faz parte da história agrícola cearense e contribuiu de maneira significativa para o uso, a posse e a propriedade da terra no estado,

---

<sup>2</sup> Em tais *lives*, realizadas entre maio e junho de 2020, eram apresentadas políticas públicas em curso, bem como os encaminhamentos dos produtores e empresários do ramo do algodão, em diálogo direto com o Governo do Estado.

tornando-se um dos principais vetores de dinamização da questão agrária regional, ao lado da pecuária. Durante décadas, o chamado “binômio gado-algodão” foi o maior responsável por dinamizar a economia estadual, pela inserção do estado na divisão internacional do trabalho e por contribuir com a (re)produção do espaço agrário cearense, segundo relatam autores como Girão (1985), Leite (1994), Lima (2002) e Abreu (2004).

A variedade de algodão comumente plantada no Ceará foi, sobretudo, arbórea, mas também se registrou o cultivo da variedade herbácea. As variedades eram cultivadas no sequeiro, ou seja, sem o uso de irrigação, encontrando larga expansão em todo o semiárido cearense. Esse produto era cultivado tanto por camponeses quanto por latifundiários – estes se utilizavam da mão de obra de moradores, meeiros e rendeiros, que colhiam o algodão nas terras dos fazendeiros na época do “verão”, em situações de profunda sujeição, conforme demonstrado por Brisolla (1977), Barreira (1979) e Almeida e Esterci (1979), que discutem as relações sociais de produção do algodão, baseadas no sistema de parceria.

O cultivo direcionava-se, mormente, para a produção da pluma, adquirido por indústrias têxteis. De acordo com Silva (1994) e Muniz (2014), a grande produção de algodão no estado impulsionou, por exemplo, a instalação de um parque industrial voltado para a produção têxtil na Região Metropolitana de Fortaleza, ainda hoje um dos maiores do país, contando com a presença de firmas como Santana Textiles, Bezerra de Menezes e Vicunha Têxtil. Além disso, estruturou-se um polo de produção de redes de dormir localizado em Jaguaruana, no Vale do Jaguaribe.

Apesar desse dinamismo, no segundo quartel do século XX assistiu-se a uma completa desregulação da atividade produtiva do algodão no Ceará, seja em virtude das oscilações do preço da pluma nos mercados nacional e internacional e da concorrência com outros estados e países produtores, seja da ocorrência da praga do bicudo, que dizimou plantações inteiras no estado, segundo discutem Campos (1997) e Cavalcante *et al.* (2007). Com isso, a economia do algodão não dispôs de uma dinamização e reestruturação do setor, decaindo vertiginosamente os hectares plantados e a quantidade produzida. Já ao final dos anos 1980, assim como nas duas primeiras décadas do século XXI, a produção de algodão no Ceará era ínfima, em nada lembrando os áureos períodos anteriores.

Diante desse declínio substancial da produção de algodão em território cearense, tem emergido uma nova articulação político-empresarial a fim de reorganizar e reativar a sua cadeia produtiva no estado, especialmente com o intuito de abastecer a grande

demanda das indústrias têxteis instaladas no Ceará. Esse processo recente acompanha, de certo modo, o *boom* do chamado “agronegócio do algodão”<sup>3</sup>, caracterizado pela presença do latifúndio e pela utilização de agrotóxicos e fertilizantes químicos, que se expande rapidamente em estados como Mato Grosso e Bahia, atualmente os principais produtores do país.

## **O PROTAGONISMO DO ESTADO NA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO DO ALGODÃO**

Observa-se nos últimos anos uma tentativa de inserir também o Ceará no movimento nacional de expansão do agronegócio do algodão, a exemplo do que já acontece em Goiás, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Minas Gerais e Piauí, além do Mato Grosso e da Bahia, particularmente em áreas de Cerrado. O segmento do agronegócio do algodão é um dos que mais cresce no Brasil, sedento por terra, por água, por isenções fiscais e por financiamentos públicos. Grandes corporações do agronegócio atuam hegemonicamente nesse setor, como SLC Agrícola, Cargill, Louis Dreyfus e Amaggi, dentre outras, que juntas concentram milhares de hectares.

Agora também o Ceará apresenta esforços no sentido de ocupar espaço nessa rota de expansão do agronegócio do algodão, atraindo a atenção de grandes corporações, a exemplo da Santana Textiles, uma das maiores firmas de têxteis do Brasil, que tem investido na produção própria de algodão direcionada para suprir a demanda por essa matéria-prima. Isso contribui por consolidar o projeto de territorialização do capital que agora volta-se fortemente também para o setor do algodão. Em tal empreitada, a Santana Textiles tem como aliado o Governo do Estado do Ceará, um dos principais articuladores e patrocinadores do agronegócio cearense, conforme demonstrado em Cavalcante (2019, 2020).

Por iniciativa da então Secretaria Estadual de Agricultura, Pesca e Aquicultura (Seapa) – que esteve vigente no primeiro mandato do governo de Camilo Santana (de 2015 a 2018) – foi estruturado, em 2017, o Programa de Modernização da Cultura do Algodão

---

<sup>3</sup> O agronegócio do algodão é objeto das pesquisas realizadas por Ramalho (2007), Ramos e Castillo (2010) e Dentz (2019), entre outros, que apresentam as características dessa atividade e problematizam alguns de seus impactos.

no Ceará, transformado numa política pública voltada para o ramo do algodão e responsável por fomentar uma completa reestruturação da atividade algodoeira no estado. Considera-se que tal programa é um marco nesse novo contexto produtivo do algodão no Ceará, ao abrir margem para a inserção da atividade algodoeira nos moldes do agronegócio globalizado.

O Programa do Algodão contou com um investimento público inicial de 1,8 milhões de reais, o qual previa<sup>4</sup>: capacitação de técnicos e produtores em novas tecnologias de produção de algodão herbáceo; capacitação de técnicos e produtores com foco na gestão de propriedade rural; seleção de áreas e produtores para instalação de unidades técnicas demonstrativas; realização de visitas técnicas e encontros com produtores; estímulo à expansão das áreas plantadas; introdução de máquinas colheitadeiras de pequeno porte em substituição à colheita manual; criação da Câmara Setorial do Algodão. Trata-se de uma política de completo fomento ao setor do algodão, indo desde o plantio à comercialização, denotando o papel direto do Governo do Estado.

O programa foi dividido inicialmente em três etapas, considerando distintas regiões do Ceará. A primeira etapa esteve voltada para o incentivo à produção de algodão em municípios do Sertão Central, com destaque para Quixeramobim, Quixadá e Senador Pompeu. Apesar de inicialmente voltar-se para pequenos e médios produtores, o programa apresenta algumas particularidades, como a obrigatoriedade do uso de sementes transgênicas, agrotóxicos e fertilizantes. O objetivo seria instituir uma padronização de todos os novos cultivos de algodão a serem iniciados no Ceará, a começar pela adesão ao pacote tecnológico voltado para a atividade, com ênfase no manejo do bicudo, nas técnicas de plantio e na introdução de novas variedades de sementes e insumos agroquímicos<sup>5</sup>.

Nessa primeira etapa do programa dois outros órgãos públicos assumiram um importante protagonismo: i) Embrapa Algodão, que ficou responsável por toda a parte técnica do projeto e passou a coordenar a difusão do novo pacote tecnológico, ampliando iniciativas que já realizava em seus campos experimentais nos municípios cearenses de Barbalha e Missão Velha, no Cariri; ii) Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará (Adagri), órgão público estadual responsável pelo monitoramento e defesa fitossanitária, designada para a efetivação do Programa Estadual de Prevenção e Controle

---

<sup>4</sup> Fonte: Governo do Estado do Ceará. Matéria publicada dia 14/03/2018.

<sup>5</sup> Fonte: Portal da Embrapa. Matéria publicada dia 12/12/2017.

do Bicudo do Algodoeiro, em que consiste o cadastramento, o acompanhamento e a fiscalização de todos cultivos de algodão realizados no Ceará<sup>6</sup>.

No início de 2019, com a reeleição de Camilo Santana (PT), deu-se a dissolução da Secretaria Estadual de Agricultura, Pesca e Aquicultura (Seapa), cujas atribuições foram designadas para a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (Sedet). Na Sedet, o ex-secretário da Seapa, Euvaldo Bringel, assumiu a Diretoria de Promoção do Agronegócio e tornou-se o coordenador do Programa do Algodão, dando início às outras duas etapas do projeto. De acordo com o mesmo, em fala proferida durante uma *live* com representantes do setor, “o algodão é uma grande oportunidade”. Ele indicou que o algodão ficou na Sedet “para ser tratado como negócio. Falamos do algodão sempre com foco no negócio”.

Até o final de 2020, a adesão de produtores ao Programa do Algodão foi registrada tanto no Sertão Central quanto no Cariri, se estendendo para a região Centro-Sul, o que demonstra a amplitude alcançada em menos de três anos de execução. Se a primeira etapa do programa esteve direcionada para reativar os cultivos no Sertão Central, a segunda fase foi pensada para o Cariri (sul do Ceará), abrangendo também o Centro-Sul. Já o terceiro momento volta-se para a região do Vale do Jaguaribe (leste do Ceará), mais precisamente para a Chapada do Apodi, onde a produção de algodão agora está a cargo de grandes firmas que operam sob os moldes do latifúndio.

É nesse momento que, de fato, nota-se um movimento maior no sentido de assegurar a difusão do agronegócio do algodão transgênico em território cearense. Assim, fica evidente que devemos entender o *boom* do agronegócio do algodão no Ceará enquanto um projeto político, cujo horizonte se mostra bastante desafiador para aqueles que são e serão impactados com a execução do programa e a instalação das firmas. Todo esse processo recente demarca a centralidade do papel do Estado na expansão da produção de algodão transgênico no espaço agrário cearense, favorecendo sobremaneira a territorialização do agronegócio.

---

<sup>6</sup> Fonte: Governo do Estado do Ceará. Matéria publicada dia 22/10/2018.

## TRANSGÊNICOS, AGROTÓXICOS E UM NOVO MAL QUE SE ANUNCIA

Os produtores do Ceará, ao aderirem ao Programa do Algodão, assinam um termo se comprometendo a seguir todas as diretrizes expostas no plano, a exemplo da obrigatoriedade do uso da semente transgênica, do espaçamento entre as plantas, da aplicação de agrotóxicos, da colheita mecanizada, da manutenção do chamado vazio sanitário, obtido a partir do corte e da queima dos restos culturais<sup>7</sup>, entre outros. A imposição desse padrão tecnológico pelo Estado representa a instauração de uma nova racionalidade no campo, implicando em significativas alterações nas relações sociais de produção anteriormente observadas entre esses produtores. Cria-se, nesse sentido, produtores aos moldes do capital.

Em *lives* realizadas pela Sedet entre maio e junho de 2020, durante isolamento social em decorrência da pandemia de Covid-19, pesquisadores da Embrapa, gestores públicos da Adagri e diretores de empresas agrícolas e de insumos químicos, como a Terra Fértil<sup>8</sup>, expuseram inúmeras informações acerca do tal “pacote tecnológico” que deve ser seguido por todos os produtores interessados em aderir ao Programa do Algodão. Durante as falas dos pesquisadores e gestores públicos, chama atenção a naturalidade na qual são indicados o uso de uma série de venenos, incluindo glifosato, bem como diferentes tipos de sementes transgênicas de algodão.

As sementes indicadas pela Embrapa Algodão, que já estão sendo cultivadas por produtores cearenses, são da variedade BRS 433 B2RF, uma variedade transgênica desenvolvida pela Embrapa com tecnologia da Monsanto – trata-se de uma cultivar transgênica com resistência ao herbicida glifosato e às principais espécies de lagartas que atacam o algodoeiro, garantindo fibra de melhor qualidade<sup>9</sup>. Essa variedade foi lançada pela Embrapa em 2017 e é largamente utilizada nas monoculturas de algodão no Mato Grosso e na Bahia. Além dessa, um coordenador técnico da Terra Fértil informou que há outras variedades cultivadas na Chapada do Apodi, como FM 985 GLTP, FM 944 GL e FM 954 GLT, que são sementes transgênicas desenvolvidas pela Basf.

---

<sup>7</sup> Fonte: Jornal Diário do Nordeste. Matéria publicada dia 07/03/2020.

<sup>8</sup> Empresa de insumos agrícolas e consultoria de campo que representa corporações como Basf, Nufarm, Bayer e Monsanto.

<sup>9</sup> Fonte: Portal da Embrapa. Acesso em 20/06/2020.

De acordo com pesquisadores da Embrapa Algodão, presentes nas *lives* da Sedet, a semente transgênica BRS 433 já é a mais plantada no Ceará, seja por pequenos, médios ou grandes produtores. Além disso, segundo os servidores do órgão, para o manejo do bicudo, um inseto que ataca os algodoads, é necessário utilizar o pacote tecnológico composto por semente transgênica e por inseticidas. O principal agrotóxico recomendado pela Embrapa para controle do bicudo é o Malathion, um inseticida de alta toxicidade, como comprovado por Knapik (2018), e largamente utilizado pelos produtores cearenses. Com a expansão do agronegócio do algodão, a expectativa é que haja um aumento do consumo deste produto químico.

Por sua vez, o representante da empresa Terra Fértil, que atua comercializando agrotóxicos e acompanhando os cultivos de algodão já em curso, relatou, durante as *lives*, que a aplicação de agrotóxicos depende da população de bicudos na área cultivada – se forem localizados mais de dois bicudos por armadilha a cada semana, recomenda-se três aplicações de um conjunto de inseticidas em toda a área. Além disso, informou ser necessária a aplicação de reguladores de crescimento e de desfolhantes, de modo a controlar o tamanho das plantas e prepará-las para a colheita mecanizada, somado à aplicação de demais herbicidas e fungicidas.

Segundo informações repassadas pelo representante da Terra Fértil, tem-se a seguinte composição do *pool* de produtos químicos utilizados no cultivo de algodão transgênico no Ceará, particularmente pelas empresas instaladas na Chapada do Apodi e por produtores do Cariri:

- regulador de crescimento: PIX HC (cloreto de mepiquate);
- herbicidas desfolhantes: Punto (diuron) e Dropp Ultra (tidiazurom);
- fertilizantes: NPK, FTE BR, sulfato de amônia, ureia, cloreto de potássio, MS-2 e Reduphol;
- aplicadores foliares: Potamol (molibdênio) e MS-florada (pó solúvel com boro e cálcio);
- inseticidas: Malathion (malationa), Safety (etofenproxi), Carnadine (acetamiprido), Cyprtrin 205 (cipermetrina) e Danimen (fenpropratrina);
- herbicida: Crucial (glifosato);
- fungicida: Opera (piraclostrobina/epixiconazol).

O que se percebe, a partir das informações apresentadas pelos pesquisadores da Embrapa e pelo funcionário da Terra Fértil, é uma conjuntura bastante desafiadora, tendo em vista a toxicidade na qual os produtores e trabalhadores do ramo do algodão estão e estarão expostos, além das comunidades circunvizinhas aos cultivos e do ambiente como um todo, incluindo as águas superficiais, os aquíferos, o solo, o ar e os animais, conforme já alertado por pesquisas realizadas na Chapada do Apodi por Rigotto (2011) acerca dos riscos do uso de agrotóxicos na fruticultura.

Confirma-se, diante dos relatos apresentados, a propagação de sementes transgênicas e a disseminação de agrotóxicos com elevado grau de toxicidade, como o Crucial, herbicida à base de glifosato, além do próprio Malathion. Nota-se, ainda, a inserção de grandes empresas multinacionais do setor de venenos adentrando ao território cearense a partir do agronegócio do algodão, a exemplo de Monsanto, Bayer e Basf, além de August Grop, Nufarm, Ubyfol, Ihara e Cheminova, produtoras desses agentes, podendo ampliar os índices do consumo de agrotóxicos e intensificar os riscos à exposição desses produtos químicos.

## **O ALGODÃO TRANSGÊNICO NO CARIRI E A QUESTÃO DA COMERCIALIZAÇÃO**

A partir da implementação das diretrizes previstas no Programa do Algodão, a sua produção desponta com grande notoriedade no Cariri (sul do Ceará), ganhando adesão de cada vez mais produtores. Conforme matéria publicada no jornal Diário do Nordeste em 2019<sup>10</sup>: “O algodão que, inicialmente, era cultivado de maneira rústica, ganha, agora, um modelo baseado no cultivo mecanizado de base empresarial. Ou seja, todas as operações, do plantio à colheita, são mecanizadas”, comprovando o alcance das ações do projeto elaborado pelo Governo do Estado. Estima-se que de 30 hectares cultivados em 2018 apenas no Cariri, esse total chegou aos 800 hectares em 2019. Já em 2020, projeta-se que a área plantada com algodão transgênico tenha passado de 1.800 hectares na região, cuja produção é direcionada para a comercialização da pluma e do caroço.

No Cariri é impulsionado o plantio de algodão transgênico de sequeiro, isto é, sem o uso de irrigação. Todavia, com aportes pluviométricos acima da média, a região desponta

---

<sup>10</sup> Fonte: Jornal Diário do Nordeste. Matéria publicada dia 07/10/2019.

como um dos principais espaços privilegiados para a expansão do agronegócio do algodão, o que tem justificado o aumento da área plantada. “O solo do Cariri - banhado sempre por boas chuvas - tem alto teor de argila, o que ajuda a conter a água e os fertilizantes [...] abrindo-se um quadro muito favorável à cotonicultura de sequeiro”, disse, ao Diário do Nordeste<sup>11</sup>, um diretor da Santana Textiles que atua comprando a pluma de algodão dos produtores locais, justificando o incremento da atividade particularmente nesta região.

O retorno ao cultivo de algodão no Cariri é realizado por inúmeros pequenos produtores, muitos dos quais que também plantavam algodão no passado, mas que agora fazem uso de sementes transgênicas e de agrotóxicos recomendados pela Embrapa. De acordo com um pesquisador dessa entidade, em entrevista ao Canal TvAgro<sup>12</sup>, o objetivo é chegar a 5 mil hectares plantados com algodão no Cariri nos próximos dois anos. Aos poucos, o algodão retoma a posição de destaque que anteriormente desempenhava e tem animado os pequenos e médios produtores, que já estão cultivando algodão em áreas antes destinadas ao milho e ao feijão, como citado na referida reportagem.

A questão da comercialização do algodão é central para compreender esse *boom* recentemente observado não apenas no Cariri, como também em demais regiões do estado. Está claro, desde o início, que toda a produção do Ceará seria direcionada para atender às demandas das firmas têxteis. Sobre isto, o coordenador do Programa do Algodão afirmou que “existem grandes indústrias têxteis e a comercialização do algodão é garantida”<sup>13</sup>, registrando o Ceará como o terceiro maior consumidor do país. Portanto, o direcionamento desta produção atende integralmente aos interesses das empresas instaladas no estado, tendo o pesquisador da Embrapa assegurado que esse fator serve de estímulo aos produtores, que “estão adquirindo máquinas e insumos, tudo para que a produção do algodão alcance patamares nunca vistos no estado”<sup>14</sup>.

Um diretor da Santana Textiles, a corporação mais diretamente inserida no “negócio do algodão” preconizado pelo Governo do Estado, informou, em uma das *lives* organizadas pela Sedet, que há grande demanda da firma por pluma de algodão, chegando a 36 mil toneladas por ano, equivalente a 83 milhões de quilos, cujo preço é definido

---

<sup>11</sup> Fonte: Jornal Diário do Nordeste. Matéria publicada dia 20/05/2020.

<sup>12</sup> Vídeo “El Resurgimiento del Algodon en el Estado de Ceará”, publicado no canal da TvAgro, da Colômbia, em 15 de maio de 2020.

<sup>13</sup> Fonte: Governo do Estado do Ceará. Matéria publicada dia 27/01/2020.

<sup>14</sup> Fonte: Jornal Diário do Nordeste. Matéria publicada dia 07/10/2019.

internacionalmente nas bolsas de valores voltadas para a *commodity* algodão. Segundo ele, cerca de 98% dessa pluma é adquirida pela Santana Textiles no Oeste da Bahia, em uma área aproximada de 41 mil hectares. Visando diminuir essa dependência do algodão plantado na Bahia, reduzindo também o custo do frete, a Santana Textiles atualmente investe em duas frentes de expansão: i) aquisição da produção de algodão cultivado no Ceará, sobretudo no Cariri; ii) início de seus próprios plantios de algodão, em áreas recentemente adquiridas na Chapada do Apodi.

Nesse sentido, a Santana Textiles, atuando com o nome de Nova Agro, está realizando um grande e ambicioso investimento direcionado para aquisição de todo o algodão cultivado no Ceará, ao firmar contratos de compra e venda com os produtores já no momento do plantio, assegurando a comercialização. Além disso, oferta o serviço de colheita mecanizada aos produtores, disponibilizando colheitadeira própria e garantindo o transporte até suas unidades fabris. Para o diretor da empresa, que se responsabiliza especificamente por contactar e garantir a compra do algodão no Cariri, “nosso maior objetivo é fazer parceria com os produtores” a fim de adquirir sua produção. Do Cariri, o algodão já prensado segue para a fábrica da Santana Textiles instalado no município de Horizonte, localizado na Região Metropolitana de Fortaleza.

Ainda de acordo com esse diretor da Santana Textiles, em fala proferida em *lives* organizadas pela Sedet, a empresa montou, em 2020, dois pontos de apoio no Cariri, um em Brejo Santo e outro em Milagres, já prevendo o *boom* da produção de algodão na região, e tem firmado contratos de compra e venda com pequenos, médios e grandes produtores. A firma mapeou, em 2020, os produtores da região e cadastrou um total de 1.611 hectares cultivados com algodão apenas no Cariri, nos municípios de Brejo Santo, Milagres, Missão Velha, Mauriti, Porteiras, Barbalha e Crato, cuja produção foi integralmente destinada para a firma têxtil. Esses produtores mapeados são os mesmos que aderiram ao Programa do Algodão, utilizam sementes transgênicas e fazem aplicação dos agrotóxicos já mencionados.

Desse modo, os produtores do Cariri vêm investindo no agronegócio do algodão transgênico especialmente porque há mercado. Alguns relatos, inseridos abaixo e reproduzidos na reportagem da TvAgro, já citada, dão conta de investimentos realizados pela Santana Textiles com vias a adquirir toda a produção de algodão, monopolizando a comercialização. Isso comprova uma planejada articulação do meio empresarial em torno

da retomada da produção algodoeira no Ceará, cuja pluma terá um destino certo para as firmas têxteis – basicamente para a Santana Textiles. Agora, os preços da *commodity* são negociados nas bolsas de valores internacionais, cabendo aos produtores acatar esse preço e negociar sua produção antes mesmo da colheita.

**O mercado do algodão tá muito bem.** Tem uns dois anos aí que todo mundo que tá plantando algodão tá sorrindo à toa. Porque realmente os preços estão muito bons e existe ainda uma projeção de mercado crescente. Isso tá alavancando também, no semiárido, essa retomada, porque **hoje algodão é *commodity***, então não tem aquele negócio de ficar negociando preço aqui e acolá, está lá na bolsa de Chicago, tá lá escrito – arroba de algodão,  $x$  reais, pago  $x$ , acabou. Isso é um nível de profissionalismo que não tinha no passado (fala do pesquisador da Embrapa Algodão, em 2020, reproduzida na reportagem da TvAgro – grifo nosso).

**Estamos hoje numa parceria com a indústria têxtil que vai comprar a pluma do algodão.** Naturalmente vão facilitar finanças para que a gente produza a fibra. **O que quero dizer ao Ceará é que plante algodão, porque tem comprador para o algodão.** E é muito fácil a gente dizer isso, porque o algodão é uma *commodity*, o preço que é aqui, é na Bahia, é em São Paulo, é no Mato Grosso. [...] O cearense pode ter certeza que aqui haverá um comprador de algodão (fala de um produtor de algodão de Milagres, em 2020, reproduzida na reportagem da TvAgro – grifo nosso).

Estas falas reafirmam a dependência na qual estão acometidos os produtores de algodão face às ingerências do capital comercial e industrial, acrescido da dependência dos bancos (capital financeiro) e das empresas que fornecem sementes transgênicas e produtos químicos. Deslumbrados com as novas possibilidades advindas a partir da inserção no mercado do algodão, talvez os produtores, sobretudo aqueles pequenos e médios que vêm se dedicando à atividade, não consigam enxergar as armadilhas que estão sendo travadas com a adesão ao Programa do Algodão, em que se nota o irremediável protagonismo do Governo do Estado do Ceará atendendo a interesses privados previamente estipulados.

Diante do exposto, observam-se potenciais riscos com a inserção do agronegócio do algodão no Cariri, atrelados à disseminação massiva de agrotóxicos e transgênicos e à patente dependência acometida aos produtores em relação ao capital comercial, industrial e financeiro.

## A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO DO ALGODÃO NA CHAPADA DO APODI

Observa-se o desenrolar de um novo momento na produção de algodão na Chapada do Apodi (a leste do Ceará), agora sob os moldes do agronegócio e no formato preconizado pelo Programa do Algodão. Abre-se um novo horizonte para a territorialização de mais uma atividade nesta região, lócus da atuação de grandes empresas do agronegócio de frutas, grãos e pecuária. Se, como discutido anteriormente, o cultivo de algodão transgênico no Cariri e no Sertão Central se expande em pequenas e médias propriedades, na Chapada do Apodi o cenário é diferente. Aí, nota-se a territorialização de um agronegócio “raiz”, cuja marca principal é a presença do latifúndio e de extensas áreas tomadas pela monocultura a cargo de grandes firmas, a exemplo sobretudo da Santana Textiles.

Com o lançamento do Programa do Algodão, em 2017, as firmas Santana Textiles e Terra Fértil perceberam que era o momento certo para expandir suas atividades e centrar-se na difusão do agronegócio do algodão na Chapada do Apodi, adquirindo terras e ampliando as unidades de produção. Soma-se a essas duas empresas, a Agrícola Famosa, maior produtora de frutas do país e que também possui fazendas na região, além de pequenos e médios produtores do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi, que passaram a cultivar algodão sob os moldes do agronegócio.

Em 2020 havia cerca de 300 hectares de algodão transgênico plantados na Chapada do Apodi, indicando que o agronegócio do algodão já é realidade nessa região, cujos cultivos se davam em propriedades acompanhadas pela Terra Fértil, o que inclui experimentos realizados nas fazendas da Agrícola Famosa e em lotes do Jaguaribe-Apodi. A perspectiva é que Agrícola Famosa passe a produzir algodão na entressafra do melão, e que demais produtores do perímetro irrigado invistam nessa atividade, em decorrência da iminente chegada das águas da transposição do São Francisco, que garantirá os investimentos na produção irrigada de algodão transgênico na Chapada do Apodi.

Para o coordenador do Programa do Algodão, em fala proferida nas *lives* da Sedet, a perspectiva é chegar aos 2 mil hectares cultivados com algodão apenas no perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi, diante da possibilidade de produção em sequeiro durante os meses com maior incidência de chuvas (no primeiro semestre do ano), e com a utilização

de irrigação por pivôs nos períodos de maior estiagem (no segundo semestre), garantindo produção de algodão durante todo o ano. Ele atestou ainda para um novo momento a ser evidenciado no Ceará com a conclusão das obras de transposição do São Francisco, indicando que o “algodão pode ser a primeira cultura a se capitalizar” com a chegada das águas, passível de ser “um trampolim para a inserção de culturas mais caras” nas áreas irrigadas.

Além dessas experiências em curso, nos primeiros meses de 2020 foi dada a largada para a Santana Textiles aplicar seu plano de difundir o agronegócio do algodão na Chapada do Apodi e consolidar-se não apenas como uma das principais indústrias têxteis do país, mas também enquanto grande produtora de algodão. Assim, essa firma configura-se como uma das maiores beneficiadas com o Programa do Algodão, assegurando a comercialização junto aos produtores do Cariri e se dedicando a uma produção própria na Chapada do Apodi, agindo em duas frentes de atuação para garantir a completa monopolização do setor algodoeiro no Ceará.

A movimentação política da Santana Textiles no começo de 2020 foi intensa, com vias a garantir apoio político nas prefeituras e secretarias municipais para assegurar a viabilização do empreendimento, em que consistiu inicialmente a aquisição de terras e a liberação de licenças ambientais para o desmatamento das áreas a serem direcionadas para o início dos plantios. Santos (2009) chama todo esse processo de “solidariedade organizacional”, voltado para um posterior “uso corporativo do território”, que se dá quando uma firma determina os rumos da organização territorial a partir de interesses privatistas e corporativos, mediante anuência direta do Estado. Aqui, a viabilização do poder público na instalação das corporações é entendida enquanto estratégia de territorialização, que têm no Estado seu principal aliado, reforçando o pacto da economia política do agronegócio discutido por Delgado (2012).

Ao passo dessa movimentação política, realizada mormente nas prefeituras municipais de Tabuleiro do Norte e Limoeiro do Norte, igualmente intenso foi o processo de aquisição de terras e de desmatamento das densas áreas ocupadas por Caatinga, em pleno pico de pandemia de Covid-19, no primeiro semestre de 2020. O fato é que o capital não descansa e não atua sem antes ter a certeza de que encontrará as condições técnicas, sociais, ambientais, políticas e normativas que lhes sejam favoráveis. Tais fatores apontam, de vez, para a demarcação da territorialização do agronegócio do algodão transgênico na

Chapada do Apodi, com a chancela das prefeituras municipais e com impactos ambientais imediatos já observados desde 2020.

A notícia da “chegada” do agronegócio do algodão na Chapada do Apodi rapidamente se espalhou e é acompanhada de perto por colunistas do jornal Diário do Nordeste. Um deles, com bastante entusiasmo, noticiou<sup>15</sup> que a Santana Textiles está comprando e arrendando 20 mil hectares de terras em Tabuleiro do Norte, “onde pretende, a partir deste ano, produzir algodão nos mesmos padrões tecnológicos utilizados pelos grandes cotonicultores do Centro-Oeste do País e do oeste da Bahia”. Além disso, o mesmo colunista revelou que “todo o terreno adquirido está [sobre] o aquífero Açú, um oceano de água doce e salobra que irrigará o algodão por meio de pivôs centrais com raio de alcance de até 150 hectares”, significando uma pressão hídrica sem precedentes para o referido aquífero, já castigado pelas firmas da fruticultura.

Quanto às sementes cultivadas na Chapada do Apodi, um pesquisador da Embrapa Algodão concedeu entrevista ao Diário do Nordeste<sup>16</sup> e confirmou que se trata da BRS 433. “Ela produz uma fibra longa, que, sob o sol cearense, reduz o custo por hectare”, disse, assegurando que serão necessárias “apenas” cinco aplicações de fungicida nos plantios. Para ele, “temos solo, sol e gente, e esta é a nossa grande vantagem comparativa”. Por sua vez, um técnico da Terra Fértil “confirma o custo mais baixo de produzir algodão no Ceará e garante que no Apodi bastarão duas aplicações de fungicidas, ao contrário dos algodões em Luís Eduardo Magalhães, no Oeste da Bahia, que requerem até nove aplicações”.

Seja como for, registra-se sementes transgênicas sendo cultivadas na Chapada do Apodi, somada às aplicações de fungicidas, inseticidas e herbicidas. Inclusive, há relatos de que se planeja expandir não só os plantios de algodão na região, como também investir na produção de sementes transgênicas, cuja distribuição aos produtores do Ceará ainda se apresenta como um dos “gargalos” do setor, tendo em vista que é adquirida em outros estados. Conforme anunciado por reportagem veiculada no Canal TvAgro<sup>17</sup>, há expectativa de instalação de uma área voltada apenas para a produção de sementes de algodão transgênico na Chapada do Apodi.

---

<sup>15</sup> Fonte: Jornal Diário do Nordeste. Matéria publicada dia 20/02/2020.

<sup>16</sup> Fonte: Jornal Diário do Nordeste. Matéria publicada dia 17/03/2020.

<sup>17</sup> Vídeo “El Resurgimiento del Algodon en el Estado de Ceará”, publicado no canal da TvAgro, da Colômbia, em 15 de maio de 2020.

Diante do exposto, percebe-se que está em marcha uma nova e potencial ameaça para os sujeitos e os territórios camponeses da Chapada do Apodi, depois de décadas de exploração e produção de injustiça ambiental e vulnerabilidade social, conforme sintetizado por Rigotto (2011) e Rigotto, Aguiar e Ribeiro (2018), a cargo de firmas do agronegócio da fruticultura, que, sem muitas ressalvas, banharam essa região de veneno, contaminaram o ambiente e os trabalhadores, usurparam as terras dos camponeses, acabaram com as fontes d'água, trouxeram doenças e agravaram as condições de desigualdade e de acesso aos bens naturais.

Assim, além dessas “heranças malditas” deixadas pelo agronegócio da fruticultura, a Chapada do Apodi terá de enfrentar novos desafios com a chegada das firmas do algodão. Agora, trata-se de um processo mais intensivo em investimentos em capital, controle da terra, uso de agrotóxicos, difusão de sementes transgênicas, apropriação d'água, usurpação dos territórios e espoliação dos bens naturais. A territorialização do agronegócio do algodão transgênico na Chapada do Apodi representa, de certo, uma ameaça potencial para as condições de vida nessa região, diante dos novos desafios impostos pela reprodução do capital.

Um desses novos desafios é a concentração fundiária, que se dá mediante pressão, e até mesmo invasão, das terras dos camponeses. Estudos realizados por Cavalcante (2019) apontam que a maior firma da fruticultura instalada na Chapada do Apodi, a multinacional Del Monte, concentra 7.204 hectares somando as áreas de todas suas fazendas e demais lotes grilados no perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi. Além desta, as propriedades de Agrícola Famosa, Banesa, Frutacor e Melão Doçura, outras firmas hegemônicas que atuam na região, concentravam, no mínimo, 9.760 hectares. Somadas as áreas de Del Monte e dessas outras quatro firmas tem-se um total aproximado de 17 mil hectares (dados de 2019).

Agora, apenas a Santana Textiles já anunciou a aquisição e o arrendamento de 20 mil hectares em Tabuleiro do Norte<sup>18</sup> e de mais 4 mil hectares em Limoeiro do Norte<sup>19</sup>, somando 24 mil hectares no total, requisitados pela empresa somente em 2020. Tal empreendimento é o maior que se tem registro a se instalar na Chapada do Apodi em

---

<sup>18</sup> Fonte: Página do Facebook da Prefeitura Municipal de Tabuleiro do Norte. Publicação postada dia 12/02/2020.

<sup>19</sup> Fonte: Página do Facebook da Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte. Publicação postada dia 11/02/2020.

quantidade de hectares, agravando a pressão fundiária. Desse modo, percebe-se que, com a territorialização do agronegócio do algodão, o cenário de concentração fundiária e expansão dos latifúndios na Chapada do Apodi tende a chegar a patamares nunca antes observados, alterando significativamente as relações de uso, posse e propriedade da terra na região, de modo a remodelar a questão agrária local.

Inferese que há tempos as áreas ao sul da Chapada do Apodi, notadamente localizadas em Tabuleiro do Norte e Alto Santo, são entendidas como espaços de reserva para o capital, tendo em vista que as áreas ao norte, abarcando os municípios de Quixeré e Limoeiro do Norte, foram intensivamente ocupadas pelo agronegócio da fruticultura. A porção sul deste território trata-se de uma região com grande potencial para expansão do capital, especialmente por apresentar terras mais baratas, solos com potenciais produtivos preservados e grande aporte de água nos aquíferos, favorecendo a instalação de poços profundos, motivos que despertaram a atenção das firmas.

Além disso, com a inserção do algodão transgênico na Chapada do Apodi estamos diante da renovação da territorialização do agronegócio na região, potencialmente mais devastador que o modelo então preconizado pela fruticultura, seja pelo próprio uso dos transgênicos e de todo um pacote de venenos, seja pela pressão fundiária e hídrica, somado aos agravos ambientais, como o desmatamento e a contaminação da água, do solo e do ar. Trata-se de um agronegócio transgênico, carregado de veneno, vestido de latifúndio e monocultura, que demandará trabalho degradante e que sugará ainda mais a pouca água que resta nos aquíferos.

## **UM CENÁRIO DE MEDO E INCERTEZAS NOS RELATOS DAS COMUNIDADES**

Os sentidos atribuídos pelas comunidades diretamente impactadas com a inserção das firmas do agronegócio em seus territórios são bons indicadores que podem revelar a dimensão dos impactos gerados com a instalação e operação desses empreendimentos. Por esse motivo, é necessário ouvir as pessoas, escutar suas queixas, considerar suas impressões e acolher seus sentimentos, que muitas vezes refletem um cenário de medo e incertezas instaurado nas comunidades diante das ameaças que se anunciam. A partir dos relatos dos

moradores e das moradoras, em sua maioria camponeses e camponesas, é possível desmascarar a atuação das firmas e escancarar o mal que elas acometem aos territórios, conforme notado com a territorialização do agronegócio do algodão transgênico na Chapada do Apodi desde 2020.

Esse é o caso de comunidades da Chapada do Apodi no município de Tabuleiro do Norte, onde a Santana Textiles vem, desde fevereiro de 2020, comprando e arrendando terras, seguido dos processos de intensivo desmatamento e posterior preparo do solo para receber os cultivos do algodão transgênico – essas atividades foram intensificadas entre março e junho de 2020, em pleno pico de contaminação de Covid-19, continuando nos anos seguintes. De diferentes formas, foram colhidos os relatos das comunidades, cujo sentimento maior é de medo e incerteza diante da inserção da firma a partir da pressão exercida sobre as terras, do evidente desmatamento, do fluxo de caminhões e trabalhadores e do eminente uso de venenos, o que inclui agrotóxicos e fertilizantes.

A firma se instalou inicialmente no distrito de Olho D'Água da Bica, na zona rural do município, numa extensa área que se inicia nas bordas da Chapada do Apodi e se estende para o seu interior, abarcando comunidades como Lagoa de Zé Alves, Curral Velho, Santo Antônio dos Alves, Baixa do Juazeiro, Olho D'Água da Bica, Serra da Bica, Oiticicas, Vianas e Sítio do Góis, entre outras. Do ponto de vista geomorfológico, a Chapada do Apodi trata-se de um planalto sedimentar, apresenta topografia plana e níveis altimétricos abaixo de 100 metros, com baixa frequência de cursos d'água superficiais e com potencial hídrico subsuperficial, mediante presença dos aquíferos Jandaíra e Açú, além de contar com solos dotados de alta fertilidade natural, com concentração de cambissolos, conforme indicam Souza, Oliveira e Grangeiro (2002).

Em virtude do isolamento social imposto pela pandemia de Covid-19, os relatos das moradoras e dos moradores dessas comunidades foram colhidos de modo virtual, a considerar a necessidade de uma posterior observação *in loco* da situação e da realização de conversas mais ampliadas nas comunidades, bem como a mobilização de debates e análises da conjuntura do contexto atual e das ameaças futuras. Esses sujeitos são os verdadeiros “vigilantes do território”, que observam com atenção tudo o que acontece à sua volta, face a um cenário de muitas incertezas. São relatos que versam sobre a questão da compra de terras, do fechamento de estradas, do cercamento das comunidades, do intenso desmatamento e do ritmo de trabalho em meio à pandemia, como vemos na sequência:

As reclamações que ouvi aqui foi que eles **tão tomando as estradas tudo**. Já tomaram as estradas tudo, fizeram um terreno só, tomaram um bocado de estrada antiga. O **desmatamento grande** aí, o pessoal tão relatando também. E tão **cercando tudo**, tá acabando com o pasto das criações, que quem criava solto não vai ter mais onde criar. Algumas pessoas com **medo por causa dos venenos que eles vão usar**, os produtos (Relato de morador de uma das comunidades, em 28 de maio de 2020 – grifo nosso).

**Já desmataram mais de 600 hectares**. Eles tão trabalhando aqui, dá pra escutar eles furando, quebrando as pedras, furando os poços, a zoadá. Trabalham a noite todinha, **não pararam hora nenhuma nessa pandemia** [...]. E eu acredito que **quando começar a usar os agrotóxicos vai prejudicar as comunidades** (Relato de morador de uma das comunidades, em 28 de maio de 2020 – grifo nosso).

Além do fluxo de *Hilux*, que eu percebo muito, *Hilux*, principalmente no final da tarde. E trabalhadores voltando com os garrafões amarrados nas costas, em plena pandemia [...]. **Esses homens tudo trabalhando né, em época de isolamento social** [...] (Relato de moradora de uma das comunidades, em 12 de junho de 2020 – grifo nosso).

Como esse pessoal chegou aqui na Chapada do Apodi: **os corretores vieram fazer as compras dos terrenos para os grandes empresários**. [...]. Chegou com bastante maquinário para fazer a limpeza dos terrenos. Eu ouvi falar que eles vão fazer o plantio de algodão [...]. Já **cavaram bastante poço** também. Já **montaram dois pivôs** grandes, e disse que tem mais (Relato de moradora de uma das comunidades, em 16 de junho de 2020 – grifo nosso).

Da portaria dá para ver um **descampado medonho**. Tão construindo lá os alojamentos, os galpões bem grandes lá. E **os poços tão cavando direto**, tão **fazendo cerca direto**, já tão **botando os bichos do pessoal para fora tudinho**, porque não tinha cerca, aí tinha um monte de ovelha, gado, e eles tão botando tudo para fora (Relato de morador de uma das comunidades, em 17 de junho de 2020 – grifo nosso).

[Fulano] **ia parar de criar ovelha porque não pode mais criar ali** [...], solto, porque se entrar lá no terreno da firma já era, perde. O rapaz que trabalha lá falou que a partir de janeiro [de 2021], que eles vão começar a plantar e tudo mais, produzir, **o bicho que pegarem lá dentro eles vão matar** ou soltar os cachorros para pegar... **e morre né, os bichos morrem** (Relato de morador de uma das comunidades, em 17 de junho de 2020 – grifo nosso).

Como se pode notar nestes relatos, os moradores e as moradoras das comunidades evidenciam a intensa busca por terras a cargo da Santana Textiles, que tem “comprado terreno em todo canto” na Chapada do Apodi, em Tabuleiro do Norte. Ao comprar “um

monte de terreno”, a empresa contribui para a expansão do latifúndio e para a concentração fundiária na região, incidindo de maneira direta sobre o cercamento das comunidades, o fechamento das estradas, a proibição da criação de animais soltos nas fazendas, além da especulação fundiária e o consequente aumento do preço das terras. Na medida em que a firma compra mais terra e expande suas cercas, vai fechando as estradas e limitando os acessos dos moradores, recaindo diretamente sobre o direito ao território e findando com as perspectivas de mobilidade, aliado à proibição de uma prática camponesa historicamente aí realizada, que é a criação de animais soltos nas áreas comuns, usufruídas por toda a comunidade.

Além disso, há grande preocupação com as nascentes encontradas em abundância nas encostas desse trecho da Chapada do Apodi, ameaçadas em virtude do avanço da firma sobre as terras e, também, da perfuração de poços profundos a fim de capturar a água dos aquíferos, que garantem o abastecimento dessas comunidades em períodos de estiagem. Outra preocupação diz respeito a não interrupção do trabalho na firma mesmo diante do grave cenário de pandemia instaurado no município, face a presença de trabalhadores de várias regiões circulando pelas comunidades, expondo a população ao risco de contágio de Covid-19, bem como expondo os trabalhadores que foram recentemente contratados pela Santana Textiles para serviços de desmatamento, cercamento das fazendas, preparação do solo e construção de instalações.

Especificamente sobre a problemática do desmatamento, o principal impacto socioambiental observado de modo imediato, há denúncias que chegaram ao poder público municipal. Em ofício<sup>20</sup> encaminhado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Tabuleiro do Norte, de 17 de fevereiro de 2020, um morador da comunidade denuncia o desmatamento de mata nativa realizado a menos de 50 metros das cabeceiras da Chapada do Apodi e de fontes naturais, que se constituem, de acordo com o Novo Código Florestal Brasileiro, como áreas de preservação permanente. O referido ofício cita ainda a derrubada de árvores como aroeiras, catingueiras, imburanas e juazeiros, nativas do bioma Caatinga, que foram desmatadas com a chegada da firma. Registra-se inclusive o uso da prática de

---

<sup>20</sup> Ofício n. 002/2020, de 17 de fevereiro de 2020, encaminhado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Tabuleiro do Norte pela Fundação de Educação e Defesa do Meio Ambiente do Jaguaribe (FEMAJE – Tabuleiro do Norte).

desmatamento conhecida como correntão, de alto impacto e proibida pelo Código Florestal Brasileiro.

Além desses impactos sociais, ambientais e territoriais que já são possíveis de serem observados em menos de cinco meses de atuação da firma (início de 2020), as moradoras e os moradores relatam o medo e as incertezas diante da expansão da Santana Textiles em seus territórios de moradia, de produção e de trabalho, ameaçando diretamente os bens naturais e a vida em comunidade. A preocupação em relação aos agrotóxicos é evidente, particularmente porque nesses territórios há experiências em curso de transição agroecológica possibilitadas a partir de tecnologias sociais de convivência com o semiárido, pautadas na soberania alimentar, na autonomia do modo de vida camponês, na defesa do meio-ambiente e na produção orgânica e agroecológica.

Com a chegada da firma, há uma quebra abrupta dessas perspectivas, diante do risco iminente de contaminação ambiental e social por meio do uso de agrotóxicos, transgênicos e fertilizantes químicos. Nos relatos inseridos na sequência conseguimos ter uma pequena dimensão do cenário de medo e incertezas vivenciado nas comunidades, já que “tudo é começo” e o pior pode estar por vir.

Antes, quando chegava à noite, o único barulho que a gente conseguia escutar era dos grilos. De manhãzinha cedo, só dos pássaros. **Agora, quando tá silêncio, é barulho de máquinas.** E aliás, nem precisa tá silêncio pra gente tá ouvindo. **Eu fico só pensando quando for o veneno.** Aliás, eu tenho procurado nem pensar tanto. Porque é tanta coisa ruim acontecendo que pensar nisso aí me apavora (Relato de moradora de uma das comunidades, em 2 de junho de 2020 – grifo nosso).

Então, no final das contas, **nós ainda não sabe como é que vai ficar.** A gente ainda não sabe ainda como é que vai ser. **Se a gente vai ser prejudicado [...] com agrotóxicos.** A gente ainda não sabe se vamos ser prejudicados. Nós, aqui [...] o vento trás, né, **o cheiro do veneno.** Só que por enquanto nós ainda não estamos sabendo como é que vai ficar, como é que vai ser, **porque tudo é começo,** né. Mas... é uma grande firma, muito maquinário (Relato de moradora de uma das comunidades, em 16 de junho de 2020 – grifo nosso).

A partir desses dois últimos relatos, além dos demais já inseridos, é possível notar a questão das incertezas e do desconhecimento acerca de todo o cenário que se apresenta diante da chegada da firma, que apavora e dá medo. A pressão sobre as terras e as águas das comunidades, o cercamento e fechamento das estradas, o desmatamento e a perfuração

de poços, a circulação de pessoas de fora, o perigo dos agrotóxicos e dos transgênicos, o barulho das máquinas e a poeira dos caminhões, entre outros, são dados concretos e não mais uma especulação. Os impactos já são evidentes naquele território, ameaçando diretamente o acesso dos camponeses à terra e à água, o direito ao ar puro, à mata nativa de pé, ao alimento sem veneno e à liberdade de ir e vir. Como visto, o agronegócio do algodão transgênico, com todo seu “pacote do mal”, já é uma realidade na Chapada do Apodi. Mas ainda cabe luta, mobilização e resistência!

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto no presente artigo, fica evidente a natureza destrutiva da territorialização do agronegócio do algodão transgênico no Ceará, cujos rebatimentos já podem ser observados junto aos produtores do Cariri e nas comunidades da Chapada do Apodi, por exemplo, que estão na linha de frente do poderio de grandes firmas algodoeiras. Com um olhar mais atento, podemos afirmar que estamos face a um cenário que se apresenta bastante desolador e desafiador, uma vez que a disseminação do uso de sementes transgênicas e de glifosato já é realidade, até mesmo entre os pequenos produtores, além do evidente quadro de concentração hídrico-fundiária e impactos ambientais em curso.

Nos encontramos diante de um novo e potencial mal anunciado, que castigará homens e mulheres, crianças e idosos, terra e água, natureza e sociedade, deixando profundas marcas que dificilmente serão apagadas com o tempo. Ainda há muito o que precisa ser investigado, sobretudo o cenário pós-2020 com a efetiva operação e início dos cultivos de algodão pela firma. Todavia, espera-se que o trabalho aqui apresentado possa contribuir com a realização de estudos mais aprofundados e, principalmente, contribua e potencialize as estratégias de luta, mobilização e resistência das comunidades, associações, organizações e movimentos sociais que se articulam em prol da soberania dos povos afetados pela atuação do capital no campo em defesa da vida e de seus territórios.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

- ALMEIDA, Alfredo Wagner de; ESTERCI, Neide. Trabalho e subordinação no sertão cearense. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 10, n. 1-2, p. 95-130, 1979.
- BARREIRA, César. A parceria e a questão política no campo. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 10, n. 1-2, p. 145-158, 1979.
- BRISOLLA, Sandra de Negraes. **Relações pré-capitalistas na agricultura brasileira: um estudo da cultura do algodão arbórea no Ceará**. 1977. 119f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1977.
- CAMPOS, Robério Telmo. Análise econômica da cotonicultura cearense. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 28, n. 1, p. 75-84, 1997.
- CAVALCANTE, Alexandre Lira; ALBUQUERQUE, Daniele Passos; PAIVA, Witalo de Lima; MAGALHÃES, Klinger Aragão. **Cultura do algodão no estado do Ceará**. Fortaleza: IPECE, 2007.
- CAVALCANTE, Leandro Vieira. “**As firmas tomaram conta de tudo**”: agronegócio e questão agrária no Baixo Jaguaribe – CE. 2019. 398f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.
- CAVALCANTE, Leandro Vieira. A territorialidade do capital no campo: agronegócio e uso corporativo do território no Ceará. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 23, n. 53, p. 22-46, 2020.
- DELGADO, Guilherme. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- DENTZ, Marizete Von. **Agronegócio no Mato Grosso: impactos da cultura do algodão no território de Lucas do Rio Verde**. 2019. 237f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2019.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GIRÃO, Raimundo. **Evolução histórica cearense**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1985.
- KNAPIK, Luís Felipe Onisanti. **Ecotoxicidade do inseticida Malathion e seus efeitos sobre os biomarcadores ensaio cometa e acetilcolinesterase em Daphnia Magna**. 2018. 62f. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia Ambiental) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018.
- LEITE, Ana Cristina. **O algodão no Ceará: estrutura fundiária e capital comercial**. Fortaleza: SECULT, 1994.
- LIMA, Luiz Cruz. Produção do espaço, sistemas técnicos e divisão territorial do trabalho. **Scripta Nova**, Barcelona, v. VI, n. 119, 2002.
- MUNIZ, Alessandra Maria Vieira. **A dinâmica da indústria têxtil no espaço metropolitano de Fortaleza**. 2014. 400f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- RAMALHO, Marianna Lamas. **Especialização produtiva e alienação do território: a moderna produção de algodão no Mato Grosso**. 2007. 127f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- RAMOS, Soraia de Fátima; CASTILLO, Ricardo. Sistemas técnicos agrícolas do algodão e uso do território brasileiro. **Geografia**, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 101-114, 2010.
- RIGOTTO, Raquel (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- RIGOTTO, Raquel; AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIBEIRO, Livia Alves Dias (Org.). **Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias**. Fortaleza: Edições UFC, 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2009.

SILVA, José Borzacchiello da. O algodão na organização do espaço. In: SOUZA, Simone de. (Org.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994. p. 81-92.

SOUZA, Marcos Nogueira de; OLIVEIRA, Vlândia Vidal de; GRANGEIRO, Cláudia Maria. Análise geoambiental. In: ELIAS, Denise (Org.). **O novo espaço da produção globalizada: o Baixo Jaguaribe (CE)**. Fortaleza: FUNECE, 2002. p. 23-89.

Submetido em julho de 2021

Aceito em março de 2022